

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



Certificado digitalmente por:  
FERNANDO SCHEIDT  
MADER

# Diário da Justiça

## ELETRÔNICO

Curitiba, 4 de Setembro de 2020 - Edição nº 2814 - 137 páginas

### Sumário

Tribunal de Justiça .....	2	Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais .....	10
Atos da Presidência .....	2	Comarca da Capital .....	10
Concursos .....	2	Direção do Fórum .....	10
Supervisão do Sistema da Infância e Juventude .....	2	Cível .....	10
Ouvidoria Geral .....	2	Crime .....	10
Atos da 1ª Vice-Presidência .....	2	Fazenda Pública .....	10
Atos da 2ª Vice-Presidência .....	2	Família .....	39
Supervisão do Sistema de Juizados Especiais .....	3	Delitos de Trânsito .....	39
NUPEMEC .....	3	Execuções Penais .....	39
Secretaria .....	3	Tribunal do Júri .....	39
Departamento da Magistratura .....	5	Infância e Juventude .....	39
Processos do Órgão Especial .....	5	Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis .....	39
Processos do Conselho da Magistratura .....	5	Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial .....	39
Departamento de Gestão de Recursos Humanos .....	5	Precatórias Criminais .....	39
Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados .....	7	Auditoria da Justiça Militar .....	39
Departamento Econômico e Financeiro .....	7	Central de Inquéritos .....	39
Departamento do Patrimônio .....	7	Juizados Especiais - Cíveis/Criminais .....	39
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação .....	8	Concursos .....	39
Departamento de Engenharia e Arquitetura .....	8	Comarcas do Interior .....	39
Departamento Judiciário .....	8	Direção do Fórum .....	39
Divisão de Distribuição .....	8	Plantão Judiciário .....	39
Seção de Preparo .....	8	Cível .....	41
Seção de Mandados e Cartas .....	8	Crime .....	41
Divisão de Processo Cível .....	8	Juizados Especiais .....	41
Divisão de Processo Crime .....	8	Concursos .....	41
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores .....	8	Família .....	41
Processos do Órgão Especial .....	8	Execuções Penais .....	41
FUNREJUS .....	8	Infância e Juventude .....	41
Núcleo de Conciliação do 2º Grau .....	8	Fazenda Pública .....	41
Departamento de Gestão de Precatórios .....	8	Editais Judiciais .....	41
Corregedoria da Justiça .....	10	Conselho da Magistratura .....	41
Plantão Judiciário Capital .....	10	Capital .....	41
Divisão de Concursos da Corregedoria .....	10	Interior .....	49
Conselho da Magistratura .....	10	Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial .....	137
Comissão Int. Conc. Promoções .....	10		



Curitiba, 4 de Setembro de 2020 - Edição nº 2814

## Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná

segundo índices oficiais (INPC). Encontrando-se o requerido em lugar incerto e não sabido, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após o prazo de 20 dias supra, ofereça resposta, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado. Marialva/PR, 31/08/2020. Eu, \_\_\_\_\_, escrevente, digitei. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivão, subscrevi. Leandro Albuquerque Muchiuti Juiz de Direito

### FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

#### 1ª VARA CÍVEL

#### Edital de Intimação

**JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL  
COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ**  
**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CONTINUIDADE DA ASSEMBLEIA GERAL  
DOS CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS, DA EMPRESA AOCP -  
ASSESSORIA EM ORGANIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS LTDA (CNPJ nº  
03.546.295/0001-94).**  
O DOUTOR MÁRIO SETO TAKEGUMA, MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, pelo presente edital, expedido nos autos de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL nº 0029070-63.2018.8.16.0017**, proposta em 17/12/2018, por **AOCP - ASSESSORIA EM ORGANIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS LTDA (CNPJ nº 03.546.295/0001-94)**, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume na sede deste Juízo, com a finalidade de proceder à **INTIMAÇÃO** dos **CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS**, para que tenham ciência da **CONVOCAÇÃO** para a realização da **CONTINUIDADE DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES**, instalada em 24/06/2020, em consonância com os artigos 36 e seguintes, da Lei 11.101/2005. Assim, ficam devidamente convocados todos os credores constantes no laudo de presença da Assembleia Geral de Credores instalada em 24/06/2020 e **DEMAIS TERCEIROS E INTERESSADOS** para que fiquem cientes da retomada da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada em ambiente virtual, por meio de plataforma Asseblex, que foi designada para a data de **13/10/2020, às 14h00min, com o início do CREDENCIAMENTO a partir das 13h00min**, que tem a finalidade de dirimir todas as questões não jurisdicionais pendentes e de competência da mencionada assembleia, com a seguinte **ordem do dia**: a) aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelas Recuperandas nos autos ao mov. 141; b) deliberação sobre a constituição do comitê de credores e escolha dos seus membros; c) outros assuntos de interesse dos credores, referente aos autos de Recuperação Judicial nº 0029070-63.2018.8.16.0017. Os credores poderão, se for o caso, obter cópia do plano de recuperação judicial, a ser submetido à deliberação da assembleia, nos autos acima que tramitam neste Juízo de Direito da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, ou, por meio de solicitação por escrito à Administradora Judicial, através do endereço eletrônico [marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br), ou ainda, pessoalmente na filial desta Administradora Judicial, situado na Avenida João Paulino Vieira Filho, nº 625, sala 906, Edifício New Tower Plaza - Torre II, Zona 01, CEP 87020-015, na cidade de Maringá, Estado do Paraná. **Ficam os credores cientes ainda, da desnecessidade de realização de pré-cadastro, tendo em vista que o mesmo já foi devidamente realizado na Assembleia Geral de Credores instalada em 24/06/2020. Ademais, cumpre salientar que aqueles credores que já apresentaram procurações e demais documentos de representação junto à esta Administradora Judicial, por ocasião da instalação ou continuidade da Assembleia Geral de Credores, caso mantenham os mesmos procuradores e as procurações estejam vigentes, não necessitam apresentar instrumentos procuratórios novamente. Já os credores que designarem novos procuradores (que não constem nas procurações já apresentadas), que estejam com procurações vencidas ou que apresentarem procurações com os fins de representação específicos para aquela(s) data(s), deverão apresentar os instrumentos procuratórios no endereço eletrônico [credenciamento@marquesadmjudicial.com.br](mailto:credenciamento@marquesadmjudicial.com.br), no período compreendido entre a data da publicação do presente edital e até 24hs úteis de antecedência ao início da sessão virtual, ou seja, 14hs do dia 09 de outubro de 2020, nos termos do art. 37, §4º, da Lei 11.101/2005, apontando o nome de seus patronos e/ou representantes, seus respectivos e-mails e telefones celulares, identificando na oportunidade quem será o representante principal e acompanhante(s).** Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. **DADO E PASSADO** nesta Comarca de Maringá, do Estado do Paraná, aos 02 de setembro de 2020. Eu, \_\_\_\_\_ (Carlos Eduardo Ponciano), Escrivão Interino, conferi e subscrevi.

MÁRIO SETO TAKEGUMA  
Juiz de Direito

#### 4ª VARA CÍVEL

#### Edital de Citação

**EDITAL DE CITAÇÃO DE FÁBIO RODRIGO CAMARGO (CPF n. 026.796.629-62) PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS** A Doutora Roberta Carmen Scramim de Freitas, MM. Juíza de Direito Substituta desta Comarca de Maringá - Paraná, na forma de lei, FAZ SABER aos que o presente edital vierem ou dele tiverem conhecimento, que, perante este Juízo da 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Maringá-PR, tramitam os autos nº 0003609-89.2018.8.16.0017 de DESPEJO, em que figura como requerente VOLNEY JOSÉ LIOTTO e requerido FÁBIO RODRIGO CAMARGO, nos quais constando dos autos que a requerida abaixo nominada encontra-se em lugar incerto e não sabido, o presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, tem a finalidade de proceder à CITAÇÃO DE FÁBIO RODRIGO CAMARGO, para, no prazo de 15 (QUINZE) dias úteis, apresentar defesa, sob pena de revelia. Fica, ainda, ciente de que não sendo contestada a ação, no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora. Fica advertida, por fim, que em caso de revelia será nomeado curador especial. **RESUMO DO PEDIDO INICIAL** (fornecido pela parte autora): "A parte autora é proprietária do imóvel residencial em alvenaria com 110 m², situada na Av. major Abelardo José da Cruz n. 1790, Conjunto Ita-aia, Maringá - Pr. O imóvel foi locado com data de início de locação para 01/09/2016, para o réu FÁBIO RODRIGO CAMARGO na data de 01-09-2016, pelo valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais (cláusula "V" do contrato). Ocorre que a par>r de 05-2017 o reu não pagou mais o valor do aluguel devendo então o aluguel dos meses de JUNHO DE 2017 até o momento. A cláusula "VIII" prevê que o pagamento da conta de Luz, água e esgoto seria por conta do réu. Quanto à água do imóvel, consta que se encontra em nome do réu. Mas a conta de Luz está em nome do autor não tendo sido passada para o nome do réu. A conta de luz é devida em nome do autor desde outubro do ano de 2016. Ocorreu o corte na energia, ficando o débito de valor de R\$ 535,17 (quinhentos trinta e cinco reais e dezessete centavos)., montante pago pelo autor para não ter seu nome inserido no SERASA e SPC (Eventos 1.11 e 1.12). Com razão à condição do imóvel, quando o autor locou estava em perfeitas condições, mas agora se encontra acabado, sujo, abandonado., com luz e energia cortados há muitos meses. O imóvel também se encontra com água e luz cortados o que ajuda a presumir estar "abandonado" pelo réu. A par>r de 05-2017, o réu não pagou mais o valor do aluguel devendo então o aluguel dos meses de JUNHO DE 2017 até o momento. Requer sejam alocados no processo os valores dos alugueis vincendos até a efe>va devolução do imóvel nos termos do contrato assinado entre as partes. Quanto à água do imóvel, consta que se encontra em nome do réu. Mas a conta de Luz se encontra em nome do autor não tendo sido passada para o nome do réu. A conta de luz é devida em nome do autor desde OUTUBRO DE 2016. Ocorreu o corte na energia, mas havia o débito de R\$ 535,17 (quinhentos trinta e cinco reais e dezessete centavos). O autor pagou o valor para não ter seu nome inserido no SERASA e SPC e requer a condenação do réu na devolução do valor. Já a cláusula XVI previu multa correspondente a um aluguel. Em face de todo o exposto, é a presente ação de despejo, fundada na falta de pagamento de alugueres, cumulada com o pedido de cobrança desses alugueres e acessórios da locação, consoante previsto nos incisos II e III do art. 9º e nos incisos I e II do art. 62 da Lei nº 8.245/91, para requerer a V. Exa.: 1) Seja, inaudita altera parte, expedido mandado liminar para desocupação do imóvel em quinze dias, citando o Requerido nos termos da presente ação, para, querendo, contestar o pedido, sob pena de revelia; havendo descumprimento da ordem o despejo forçado para desocupar o imóvel de todos os ocupantes, u>lizando-se de força policial se necessário; 2) Quanto ao requisito da caução de três meses de aluguel, o Requerente solicita a Vossa Excelência primeiramente a concessão da Liminar independente da caução, ou alterna>vamente, seja concedida a liminar autorizando em decisão interlocutória abertura de conta para a caução dos três meses de aluguel pelo que se fará o depósito judicial. 3) a citação do Requerido por intermédio de oficial de jus>ça, no endereço retro preambular para requer, no prazo da contestação, apresentar defesa; 4) Ao final seja declarada a rescisão da locação, com o consequente despejo forçado do locatário ou confirmação da liminar, bem como de eventuais ocupantes do imóvel, se precisando utilizando de força policial fixando-lhe o prazo mínimo legal para a desocupação voluntária do imóvel; 5) Seja condenada a parte ré no pagamento dos alugueres aludidos na planilha e constantes desta ação e daqueles ocorridos até a data da efe>va desocupação do imóvel, perfazendo o valor até o momento o de R\$ 9.206,48. 6) Requer os valores vincendos durante o processo sejam alocados na cobrança/ execução como exemplo alugueis, contas de água, luz, multas, acessórios, alugueis vincendos e despesas para reforma do imóvel após desocupação. 7) Requer a condenação da ré na reforma do imóvel ou nos valores necessários para reforma a ser liquidada após a posse do imóvel pelo autor. 8) seja a parte ré condenada ao pagamento das custas judiciais e dos honorários de 20% sobre o montante devido, custas e honorários esses que deverão ser corrigidos monetariamente e executados nestes próprios autos; 9) Requer a produção de todos os meios de provas admi>dos em Direito como com as provas documentais, testemunhal e depoimento pessoal. Dá-se a presente causa o valor